

Compromissos das candidatas e dos candidatos do Bloco de Esquerda

EUROPEIAS 2014



1. PARAR A AUSTERIDADE

Com diferentes níveis de gravidade, toda a Europa está refém da obsessão da austeridade. Indiferentes ao desastre económico e social que se agiganta à sua frente, líderes nacionais e europeus optam pela lógica dos fanáticos. Se não funcionou, é porque é preciso continuar com mais força. Em Portugal, os seus protagonistas fazem planos para 30 anos de empobrecimento permanente.

Queremos parar a austeridade. Defendemos uma política económica virada para o desenvolvimento e a criação de emprego, protegendo o poder de compra e o investimento público.

2. PÔR A FINANÇA NO LUGAR

A situação actual foi despoletada pela crise financeira de 2008. Nessa altura, foram solemnes as promessas de regulação dos mercados financeiros que as políticas liberais deixaram à solta. Seis anos depois, quase tudo está por fazer. Os bancos foram recapitalizados com o dinheiro dos contribuintes mas nem por isso lhes foi imposta qualquer condição, nomeadamente ao nível do financiamento da economia. As responsabilidades e danos das instituições financeiras foram transferidos para os contribuintes que as salvaram e ainda têm agora de ouvir que “viveram acima das suas possibilidades”.

Queremos que os principais responsáveis pela crise respondam pelas suas consequências e participem nas soluções. Defendemos a imposição de níveis mínimos de crédito à economia real e o controlo público de toda a banca intervencionada.

3. REESTRUTURAR AS DÍVIDAS

Antes da crise financeira, a dívida pública portuguesa encontrava-se aparentemente controlada, enquanto a dívida privada externa se tornava uma autêntica bomba-relógio. Com a crise financeira, a dívida pública disparou com a recessão e o salvamento dos bancos. No entanto, pior do que este mal, foi a cura: a resposta da austeridade elevou a dívida a 140% do PIB, um valor completamente insustentável, sendo que o grosso deste aumento resultou do “programa de ajustamento”, provavelmente o maior fracasso da história da nossa política económica, pelo menos a fazer fé nos objetivos declarados.

Queremos o fim da política de negação em que vive o Governo e as instituições europeias. Defendemos uma reestruturação da dívida conduzida pelo devedor, que envolva os setores financeiro, BCE e Troika, e devolva a dívida pública portuguesa a níveis de sustentabilidade, garantindo margem de manobra orçamental para políticas de crescimento.

4. UM TRATADO PARA O EMPREGO

Perante a tragédia da austeridade, a resposta das instituições europeias foi a fuga para a frente e a radicalização política. O Tratado Orçamental é o produto desse fundamentalismo liberal e visa proibir as políticas de emprego na Europa, consagrando um regime de austeridade eterna. Mais uma vez, as portuguesas e os portugueses não foram tidos nem achados na ratificação de mais este tratado.

Queremos um referendo sobre o Tratado Orçamental. Defenderemos a sua rejeição e a sua substituição por critérios de estabilidade que privilegiem a sustentabilidade das dívidas e dos desequilíbrios externos dentro da União.

5. RECUPERAR OS DIREITOS SOCIAIS, PROTEGER O TRABALHO E OS SALÁRIOS

A Zona Euro foi construída sobre instituições defeituosas. Na ausência de política monetária e cambial, com políticas orçamentais nacionais fortemente constringidas e sem um orçamento comunitário capaz de corrigir assimetrias entre os seus membros, os salários tornaram-se a grande variável de correção dos desequilíbrios externos. Sempre que se fala de competitividade ou reformas estruturais, aquilo de que se está realmente a falar é da compressão dos salários, da precarização do trabalho, da facilitação dos despedimentos, destruição da contratação coletiva, etc. Em Portugal, o programa de ajustamento é a radicalização desta doutrina. O impacto da estagnação e da crise financeira nas contas públicas legitimou um ataque sem precedentes aos salários mas também às pensões, rasgando um contrato garantido pelo estado com base em contribuições no trabalho cumprido e subvertendo a lógica de solidariedade intergeracional do sistema. O resultado é a recessão e a pobreza.

Queremos uma economia que valorize quem trabalha ou trabalhou. Defendemos a criação, proteção e qualificação do emprego e uma política de trabalho decente e com direitos para todas e todos. Defendemos uma plataforma que, à escala europeia e envolvendo a Confederação Europeia dos Sindicatos, seja uma tribuna de denúncia política e um centro de convergência de ação de classe dos trabalhadores das várias nacionalidades e imigrantes, que deve aliar lutas feministas, LGBT, ambientais e anti-guerra.

6. DEFENDER E REFORÇAR O ESTADO SOCIAL

O Estado social, que produziu as transformações mais extraordinárias na democracia portuguesa está a sofrer o maior ataque da sua história. Os cortes e as parcerias público-privado no Serviço Nacional de Saúde, o subfinanciamento de escolas, universidades e o estrangulamento da investigação, a subversão da lógica contributiva do sistema de Segurança Social são impostos com base na ideia de que estes são luxos que o país não pode pagar. Na realidade, estas instituições demonstraram de forma extraordinária a sua eficácia e a sua fragilização já está a provocar um retrocesso nos direitos que se julgava impensável.

Queremos um Estado Social mais robusto. Defendemos a provisão pública, geral, universal e gratuita de serviços de saúde e educação, rejeitando a sua mercantilização. Defendemos um sistema de segurança social público que respeite uma lógica de solidariedade de base laboral.

7. PROIBIR OS OFFSHORES

A ausência de mecanismos de harmonização fiscal e a proliferação de paraíso fiscais e judiciais na UE têm tido os previsíveis efeitos perversos. A maior mobilidade do capital neste contexto provoca uma corrida para o fundo da

tributação do capital, ao mesmo tempo que a tributação dos rendimentos do trabalho, direta e indireta, não pára de aumentar. Em Portugal, os casos de evasão fiscal multiplicam-se pondo em causa qualquer noção de justiça fiscal e corroendo a base de financiamento do Estado.

Queremos justiça fiscal. Defendemos um compromisso europeu para a fixação de mínimos de tributação dos rendimentos de capital e a proibição de quaisquer zonas de privilégio fiscal em espaço europeu.

8. UM PAÍS QUE PRODUZ

A integração no Euro teve consequências drásticas na nossa economia. O desaparecimento da política cambial e o conjunto de constrangimentos à política económica do país dizimou setores inteiros da nossa economia produtiva, na agricultura e pescas e na indústria. A doutrina de um país feito praia foi fazendo o seu caminho e os seus estragos no nosso desenvolvimento e coesão territorial. Hoje temos uma economia mais frágil, mais dependente e menos qualificada.

Queremos reconstruir uma economia produtiva. Defendemos programas de investimento público, educação e ciência e apoio à economia que permitam reconstruir o aparelho produtivo que o país perdeu e criar uma economia baseada no conhecimento e nos recursos endógenos e, por isso, menos dependente.

9. UMA EUROPA SEM MUROS NEM AMEIAS

Esta Europa tem muros à volta e muros dentro de si, que negam a matriz intercultural e intercivilizacional que lhe deu força. A fantasia grotesca de uma Europa-fortaleza mata milhares de seres humanos todos os anos e enche campos de concentração dentro das fronteiras de um continente que queria ser exemplo para o mundo. Dentro de fronteiras, as discriminações com base no género, orientação sexual,

etnia, deficiência, nacionalidade, idade, estatuto sócio-económico e outras, aumentam, alimentadas pelo agravamento da crise social. As instituições europeias multiplicam-se em declarações de intenções ao mesmo tempo que agravam as condições sociais em que a desigualdade campeia e os ódios encontram terreno fértil.

Queremos uma Europa aberta ao mundo que a rodeia e às pessoas que a habitam, com um sul debruçado sobre o mediterrâneo. Defendemos uma política de combate determinado contra todas as discriminações e a consagração da carta dos direitos dos cidadãos europeus com valor vinculativo.

10. PELA URGÊNCIA AMBIENTAL

O ambiente, em tempos invocado como prioridade no quadro da intervenção europeia, tem vindo ser tratado como problema de segunda ordem subjugado às “urgências” de natureza económica e ao abandono de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Não aceitamos pausas na política ambiental e exigimos a implementação das políticas já definidas. Os problemas ambientais são também problemas sociais e afetam de forma mais direta as pessoas mais pobres.

Queremos uma política ambiental que afirme como prioridade as energias renováveis e a eficiência energética, livre de OGMs e da mercantilização das sementes e dos bens comuns como a água e os recursos hídricos, que se oponha às promessas milagrosas do gás de xisto ou da tentativa de recuperação do nuclear como suposta energia limpa, que coloque os transportes não poluentes e as energias alternativas no centro de qualquer política de desenvolvimento.

11. UMA EUROPA DE DEMOCRACIA E PELA DEMOCRACIA

A União Europeia não é uma União democrática. Muitos dos poderes europeus escapam ao escrutínio das instituições democráticas, nomeadamente os parlamentos nacionais e os europeus. No contexto da crise, à medida que se multiplicam os atropelos a direitos fundamentais, são as próprias democracias nacionais que são postas em causa. É hoje claro que a austeridade é incompatível com a democracia, quer nos seus fins, quer nos meios que são necessários para a impor. As sucessivas violações da nossa constituição tentadas ou conseguidas durante a concretização do memorando de entendimento de 2011 são disso testemunho eloquente.

Queremos democracia a sério. Defendemos a extinção das troikas e a responsabilização de todas as instituições europeias, incluindo o BCE, perante o Parlamento Europeu, bem como o respeito pelo quadro constitucional português e os direitos aí consagrados, que configuram a nossa democracia.

12. ESTAS ESCOLHAS NÃO ESPERAM

Estes compromissos refletem escolhas para o nosso país e para a União Europeia. Na situação económica e social que vivemos, estas escolhas são uma urgência. É por isso que terão de ser implementadas, mesmo que isso signifique um confronto com as elites europeias que, de resto, se mostraram incapazes de dar resposta às preocupantes dinâmicas de desagregação na União e nos seus Estados-membros. Pela nossa parte, não ficaremos à espera nem obedeceremos a uma eurocracia autoritária e incompetente. Nem admitimos mais sacrifícios em nome do Euro.

Queremos defender o nosso país. Defendemos os direitos de quem aqui trabalha, de quem aqui vive, de quem aqui sofre. Sabemos que a defesa desses direitos exige um confronto com instituições que sequestraram e estão a matar o projeto europeu de paz, coesão solidária e responsabilidade ambiental. Estamos prontas e prontos para esse combate e, por isso, integramos esta lista.